**Bolsas**
Na quinta-feira
6,07% São Paulo
0,33% Nova York

**Pontuação B3**
IBovespa nos últimos dias
167.538 — 176.799
23/11 24/11 25/11 26/11

Na quinta-feira
**R$ 5,743**
(-1,26%)

**Dólar**

| | Últimos |
|---|---|
| 18/novembro | 5,866 |
| 19/novembro | 5,934 |
| 23/novembro | 5,926 |
| 24/novembro | 5,910 |
| 25/novembro | 5,816 |

**Salário mínimo**
**R$ 1.621**

**Euro**
Comercial, venda na quinta-feira
**R$ 6,302**

**CDI**
Ao ano
**13,65%**

**CDB**
Prefixado 30 dias (ao ano)
**13,67%**

**Inflação**
IPCA do IBGE (em %)

| | |
|---|---|
| Junho/2026 | 0,16 |
| Julho/2026 | 0,07 |
| Agosto/2026 | -0,32 |
| Setembro/2026 | 0,82 |
| Outubro/2026 | 0,14 |

## COMÉRCIO EXTERIOR

# Brasil repudia fala de Macron sobre carne

Após presidente francês dizer que carne brasileira é "dopada" e celebrar as restrições do bloco à importação, governo e entidades do setor reagem e tratam o assunto como "manobra política", já que não há explicações técnicas para as restrições

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

AFP



**No discurso a agricultores franceses, Macron disse que os produtos do bloco sul-americano são "dopados", em referência ao uso de antimicrobianos**

A tensão entre Brasil e União Europeia em torno da exportação de carne voltou a ganhar destaque. Em encontro com agricultores franceses, ontem, o presidente da França, Emmanuel Macron, chamou a carne brasileira de "dopada" e celebrou a decisão de proibir a importação de alimentos de origem animal. A medida está em vigor desde 3 de setembro.

Em resposta, o governo brasileiro, por meio de nota assinada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), disse que as declarações de Macron "disseminam desinformação e contrariam as evidências técnicas e científicas amplamente disponíveis sobre a produção de proteína animal no Brasil."

O governo afirma que há uma "clara natureza política" das restrições impostas pela União Europeia ao Brasil. "A instrumentalização dessas medidas para fins protecionistas contraria as regras da OMC e o espírito do Acordo MERCOSUL-União Europeia, em evidente desequilíbrio das concessões negociadas", aponta o ministério.

"Há décadas, o Brasil tem sido fornecedor seguro de proteína animal à União Europeia e exporta carnes para 177 mercados. O rigor de seu sistema de controle sanitário foi corroborado pelas conclusões favoráveis da recente auditoria europeia das cadeias avícola e apícola", sustenta ainda a nota.

Em sua palestra, Macron voltou a criticar o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, firmado em maio. O presidente francês afirmou que a suspensão das importações brasileiras confirmou as preocupações que já havia manifestado sobre o tratado. Segundo ele, a carne do Mercosul, especialmente a brasileira, que chegava aos portos e mercados europeus não atendia às regras sanitárias do bloco.

"Tínhamos ainda mais razão porque, com o Mercosul assinado, aquilo que denunciávamos se confirmou, já que finalmente os serviços da Comissão perceberam que o que nós dizíamos a eles era verdade. E a carne dopada, por assim dizer, em todo caso a carne do Mercosul, em especial a brasileira, que chegava aos nossos portos e, portanto, aos nossos mercados, e que não respeitava as nossas regras, acabou sendo proibida", declarou.

A União Europeia suspendeu, em maio, as importações de produtos de origem animal do Brasil sob a justificativa de que o país não atendia às regras do bloco sobre o uso de antimicrobianos na pecuária. A decisão ocorreu após a exclusão do Brasil da lista de países autorizados a exportar esses produtos para o mercado europeu.

A medida, no entanto, não foi motivada pela identificação de irregularidades nos produtos brasileiros, mas pela avaliação da UE de que os mecanismos de controle adotados pelo país eram insuficientes para garantir o cumprimento das exigências sanitárias do bloco.

### Setor reage

A Confederação Nacional Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) repudiou a fala do presidente francês, Emmanuel Macron, sobre as carnes brasileiras. Segundo a diretora de Relações Internacionais da CNA, Sueme Mori, a manifestação é uma tentativa de protecionismo. "Esconde mais uma tentativa de prejudicar a imagem do agro brasileiro para proteger os produtores franceses que temem a concorrência do Brasil", afirmou.

A diretora reitera que a carne brasileira conquistou o mercado nacional pela competitividade e pelo cumprimento de exigências sanitárias. "Questões sanitárias devem ser tratadas com evidências, critérios técnicos e transparência. A CNA defende que o comércio entre o Mercosul e a União Europeia seja pautado por regras claras e pelo respeito aos produtores. O Brasil tem orgulho da carne que põe na mesa dos brasileiros e que conquistou consumidores no mundo inteiro", concluiu.

Em nota, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) disse que as declarações de Macron, ao tratar a restrição comercial como uma vitória contra o acordo entre Mercosul e União Europeia, reforçam o caráter político e protecionista da medida.

"A ABIEC reafirma sua confiança no diálogo conduzido pelas autoridades brasileiras, mas considera inadmissível que divergências políticas e comerciais sejam utilizadas para comprometer a reputação internacional de um setor reconhecido pela qualidade e segurança de seus produtos".

A associação também argumentou que não houve apresentação de justificativas técnicas ou científicas para a retirada do Brasil da lista de países autorizados, nem para a suspensão do fluxo comercial durante o período de adequação ao protocolo. Segundo a entidade, o sistema sanitário brasileiro tem histórico de aprovação em auditorias internacionais, inclusive realizadas pela própria União Europeia, e permanece aberto a novas inspeções.

"A utilização da expressão "carne dopada" é incompatível com a realidade sanitária da produção brasileira e com o nível de responsabilidade que deve nortear as relações entre países", escreveu a Abiec em nota.

> **A manifestação de Macron esconde mais uma tentativa de prejudicar a imagem do agro brasileiro para proteger os produtores franceses que temem a concorrência do Brasil"**
>
> ***Sueme Mori,*** *diretora de Relações Internacionais da CNA*

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) também criticou as declarações do presidente francês. Em nota, a entidade classificou como "grave e inaceitável" o uso de informações sem fundamento técnico por um chefe de Estado para questionar a qualidade dos alimentos produzidos pelo Brasil.

"É grave e inaceitável o fato de um chefe de Estado recorrer a inverdades, sem qualquer fundamento técnico, para questionar a qualidade dos alimentos produzidos por um parceiro comercial fundamental no auxílio à segurança alimentar do bloco europeu há mais de 40 anos", afirmou.

Segundo a ABPA, um relatório publicado em setembro pela Comissão Europeia apontou que os controles sanitários brasileiros atendem às exigências do bloco em relação às restrições ao uso de antimicrobianos na produção de carne de aves destinada ao mercado europeu. Em 23 de novembro, em Bruxelas, a ministra da Agricultura da França, Annie Genevard, reconheceu o rigor da auditoria e o cumprimento das normas avaliadas.

# Reações à possível taxação dos EUA

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» ARMANDO HOLANDA

Cadu Gomes/VPR



**Em evento que celebrou primeiro voo realizado pela LATAM com aeronave fabricada pela Embraer, Alckmin disse que taxação do setor é "descabida"**

A possibilidade de o governo dos Estados Unidos adotar novas tarifas de 10% contra aeronaves e açúcar exportados ao país norte-americano foi duramente criticada ontem por setores econômicos, além do vice-presidente Geraldo Alckmin e de interlocutores do Planalto, que classificaram como "constrangimento" a ideia proposta pelo embaixador Jamieson Greer, representante de Comércio dos EUA (USTR).

O setor açucareiro calcula que, se a medida fosse adotada pelo governo norte-americano, haveria aumento de até 200% do valor do produto brasileiro exportado aos Estados Unidos. " Por consequência, esse aumento acaba sendo repassado ao longo da cadeia, afetando especialmente o consumidor norte-americano na forma de preços mais altos", afirmaram a Bioenergia Brasil e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA), em comunicado conjunto.

Como estratégias à mitigação do risco, as entidades defenderam diálogo em prol de negociação para buscar "soluções que reduzam as barreiras ao comércio de açúcar".

Outro setor que reagiu à possibilidade de taxação pelos Estados Unidos foi o de produção de aeronaves. O presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Francisco Gomes Neto, reuniu-se ontem com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em meio ao risco de taxação às exportações para os EUA.

Na quarta-feira, a Embraer publicou nota em que sustenta a continuação da "manutenção do regime de tarifa zero para a indústria aeroespacial global, vigente desde a década de 1980". A empresa ainda destacou a presença nos Estados Unidos, onde mantém investimentos há mais de 45 anos.

### Retaliação

O vice-presidente e ex-ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) de Geraldo Alckmmin classificou a proposta como "totalmente descabida", lembrando que o tratamento comercial diferenciado — sem taxas — no setor aeronáutico é uma tradição, para não comprometer a cadeia internacional de produção e fornecimento de aeronaves. "É uma tradição você não ter tarifas para um setor tão estratégico quanto é o setor aeronáutico", disse Alckmin em evento que celebrou primeiro voo realizado pela LATAM com aeronave da Embraer.

Pessoas próximas a Lula falam na adoção de medidas de reciprocidade. O entendimento de interlocutores do presidente é o de que o governo Trump não tem demonstrado disposição para uma negociação efetivamente bilateral, mas para a "imposição de condições comerciais".

Pesa nessa leitura o fato de Washington não ter apresentado, conforme acordado após uma conversa telefônica entre Lula e Trump, uma proposta com os termos de referência das tratativas. Em vez disso, a Casa Branca voltou a sobretaxar produtos brasileiros.

Há, ainda, entre auxiliares de Lula, a percepção de que a nova ofensiva de Trump busca constranger o Brasil a abrir mão de duas frentes de atuação: a contestação das medidas norte-americanas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a adoção de mecanismos de reciprocidade econômica.